

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Marco Antonio de Oliveira Gomes

E-mail: maogomes@uem.br

Instituição: Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Submetido: 22/09/2020

Aprovado: 21/03/2021

Publicado: 09/04/2024

 10.20396/rho.v24i00.8661345

e-Location: e024003

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

GOMES, M. A. de O.; RODRIGUES, A. P. A.; PITA, C. A.; CAETANO, S. M. Programa Future-se: ou como fazer a educação superior pública andar para trás. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-29, 2024. DOI:

10.20396/rho.v24i00.8661345.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8661345>. Acesso em: 9 abr. 2024.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



PROGRAMA FUTURE-SE: OU COMO FAZER A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA ANDAR PARA TRÁS



Marco Antonio de Oliveira Gomes*

Universidade Estadual de Maringá



Ana Paula Aires Rodrigues**

Universidade Estadual do Paraná



Crislaine Aparecida Pita***

Rede municipal de educação da cidade de Maringá



Suzane Meneses Caetano****

Rede municipal de educação da cidade de Maringá

RESUMO

O artigo abrange o recorte histórico do governo Bolsonaro (2019-2022) e explicita uma análise preliminar do Programa Future-se, apresentado à sociedade pelo Governo Federal em julho de 2019. O intento com a produção deste texto é contribuir para o debate de modo a possibilitar uma compreensão mais ampla acerca das proposições presentes no referido programa. Salienta-se que a discussão apresentada se caracteriza como uma pesquisa documental, a partir da análise histórica das configurações sociais que contribuíram para a elaboração do Future-se. Essas configurações, por sua vez, em nossa avaliação, encontram-se alicerçadas no ideário neoliberal, que tende, via de regra, pautar as ações de modo mercadológico. Entendemos, portanto, que a hegemonia do neoliberalismo traz implicações para todas as esferas da vida social atual. A análise nos levou a considerar que o Programa Future-se representa uma real ameaça a autonomia universitária e suas proposições afetarão de modo negativo a educação pública superior. Isso porque, segundo nossa avaliação, trata-se de um cavalo de Tróia, que se apresenta como modernizador, mas, tende a abrir precedentes que poderão implicar na concretização de políticas neoliberais, por meio do vínculo público-privado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior. Neoliberalismo. Future-se.

FUTURE-SE PROGRAM: OR HOW TO MAKE PUBLIC HIGHER EDUCATION GO BACKWARDS

Abstract

The article covers the historical outline of the Bolsonaro government (2019-2022) and explains a preliminary analysis of the Future-se Program, presented to the society by the Federal Government in July 2019. The purpose of this text is to contribute to the debate in order to enable a broader understanding of the propositions present in the aforementioned program. It should be noted that the discussion presented is characterized as a documentary research, based on the historical analysis of the social configurations that contributed to the elaboration of Future-se. These configurations, in turn, in our evaluation, are based on the neoliberal ideology, which tends, as a rule, to guide actions in a marketing manner. We understand, therefore, that the hegemony of neoliberalism brings implications for all spheres of current social life. The analysis led us to consider that the Future-se Program represents a real threat to university autonomy and its propositions will negatively affect higher public education. This is because, according to our evaluation, this program is a Trojan Horse that presents itself as modernizing, but on the other hand, it tends to set precedents that may imply in the concretization of neoliberal policies, through the public-private bond.

Keywords: Higher education. Neoliberalism. Future-se.

PROGRAMA FUTURE-SE: O CÓMO HACER QUE LA EDUCACIÓN SUPERIOR PÚBLICA RETROCEDA

Resumen

El artículo recorre el trazo histórico del gobierno de Bolsonaro (2019-2022) y expone un análisis preliminar del Programa Future-se, presentado a la sociedad por el Gobierno Federal en julio de 2019. El propósito de la elaboración de este texto es contribuir al debate a fin de permitir una comprensión más amplia de las proposiciones presentes en este programa. Cabe señalar que el debate presentado se caracteriza por ser una investigación documental, basada en el análisis histórico de las configuraciones sociales que contribuyeron a la elaboración del Future-se. Estas configuraciones, a su vez, en nuestra evaluación, se basan en la ideología neoliberal, que tiende, por regla general, a guiar las acciones de manera comercial. Entendemos, por lo tanto, que la hegemonía del neoliberalismo tiene implicaciones en todas las esferas de la vida social actual. El análisis nos llevó a considerar que el Programa Future-se representa una amenaza real para la autonomía de las universidades y que sus propuestas afectarán negativamente a la educación pública superior. Esto se debe a que, según nuestra evaluación, se trata de un caballo de Troya, que se presenta como modernizador, pero que tiende a sentar precedentes que pueden implicar la aplicación de políticas neoliberales, a través del vínculo público-privado.

Palavras chave: Educación superior. Neoliberalismo. Future-se.

PARA COMEÇO DE CONVERSA...

É sabido que atualmente vivemos um cenário econômico marcado por uma crise estrutural do capitalismo, na qual as forças identificadas com a defesa da ordem demonstram desenvoltura na desconstrução dos direitos historicamente construídos pelos trabalhadores. A investida neoliberal mundial que se sucedeu especialmente a partir dos anos 1970, não pode ser dissociada das configurações econômicas e políticas atuais. Assim, cabe aos pesquisadores a análise atenta e criteriosa acerca das proposições apresentadas por esses governos. Isso porque, é fundamental que o debate acerca dessas ações amplie-se e aprofunde-se de modo a compreender quais as implicações de tais ações para todas as esferas sociais. Neste sentido, entendemos que se faz pertinente e fundamental pautar esses debates em meios qualificados, pois assim se torna possível empreender a discussão de modo a ampliar as considerações dos estudiosos acerca das políticas destinadas à educação superior dentro dos moldes neoliberais.

No Brasil, historicamente, a educação superior tem sofrido diversos entraves. Por meio das ações governamentais, realizadas especialmente por governos pautados pela agenda liberal, vemos ataques, ora direcionados a autonomia das Universidades, ora destinados a precarização das condições de trabalho docente, a não reposição de quadros desfalcados decorrentes de aposentadorias, ora pela insuficiência das estruturas físicas, acarretadas pelo deficiente financiamento, outras vezes com a destinação de recursos públicos à iniciativa privada, intensificando a precarização das instituições públicas.

Porém, apesar de sofrível, a educação superior pública no Brasil, a partir de meados dos anos (2003-2016) teve um breve período de expansão, não tanto quanto o necessário para minimizar as lacunas existentes, mas demonstrou um avanço significativo. Pudemos perceber que apesar das estratégias puramente progressistas, algumas ações foram realizadas no sentido de tentar democratizar esse nível de ensino. Além do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foram ampliados os programas federais de financiamento estudantil, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)¹, e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)². Consideramos que esses devem ser submetidos à análise crítica construtiva, o que não nos cabe nesse momento. Além disso, desenvolveu-se, durante esses anos a ampliação de políticas de ação afirmativa, ampliação de recursos econômicos destinados à educação por meio da criação de Universidades Federais, e construção Institutos Federais, especialmente no interior do país.

Em termos políticos, em 2016, houve uma ruptura explícita com o tipo de governo progressista adotado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), por meio de um golpe jurídico/parlamentar que se expressou, essencialmente, no processo de impedimento da Presidenta Dilma Vana Rousseff. Como parte do processo burocrático, Michel Temer do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) atual MDB, tomou posse como presidente interino do país. A alteração das formas de governo repercutiu, em diversos âmbitos sociais, sobretudo, nos rumos dados à política econômica, que acarretou diversas

implicações para as políticas educacionais. Essa mudança de rumos pode ser observada, sobretudo, em decorrência da aprovação da Emenda Constitucional 95/16, apelidada como a PEC do Teto de Gastos, que prevê a limitação de gastos públicos para os próximos 20 anos, dentre esses, serviços essenciais como educação e saúde, com o intuito de reorganizar as finanças do país e retirar o Brasil da recessão, de acordo com discurso do presidente interino na ocasião.

Com o pleito de 2018, no qual Jair Messias Bolsonaro candidato pelo Partido Social Liberal (PSL) foi eleito presidente, tendo como vice o General Antônio Hamilton Martins Mourão do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) as condições da educação no país tornaram-se ainda mais preocupantes. Autodeclarado “conservador nos costumes e liberal na economia”, após ser eleito, o novo governo selecionou uma equipe que, via de regra, tende a pensar a educação a partir de um viés meramente tecnicista³ para atender aos moldes empresariais. Dito isso, é preciso assinalar que ao realizar uma digressão histórica, dificilmente encontramos na história de nosso país algum momento no qual as Universidades foram tão sumariamente atacadas em todos os sentidos.

Depois da posse da nova gestão, Bolsonaro – Mourão, o Ministério da Educação passou por inúmeras mudanças. A primeira equipe com tendência ultraconservadora, constituída por seguidores do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho (1947-2022), o que gerava embates dentro da pasta com alguns agentes vinculados a ala militar do governo. Já num segundo momento, constituiu uma equipe, essencialmente composta por economistas, esses especialmente neoliberais. Outras ações ainda incluíram trocas de Ministros, de secretários, extinções de secretarias, problemáticas com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁴, a proposição de militarização da educação, inúmeros cortes de verbas, especialmente às voltadas a área das ciências humanas, discussão para legalização da educação domiciliar – *homeschooling*, entre outras ações que perpassam todos os níveis e modalidades educacionais do país⁵.

Neste artigo, o foco da análise está circunscrito ao Programa **Future-se**, apresentado ao público em Brasília, no dia 16 de julho de 2019, durante a gestão do então ministro Abraham Weintraub e pelo secretário de educação superior, Arnaldo Lima, em evento no qual estiveram presentes mais de 60 reitores das Universidades Federais brasileiras. Entendemos que se faz necessário analisar a constituição dessa proposta para compreender as nuances ideológicas contidas em suas proposições, bem como, discutir suas possíveis implicações para a educação superior pública no país.

Portanto, compreendemos que a pesquisa documental, com base na abordagem histórico-crítica, constitui-se como fundamental para tal empreitada. Assim, discorreremos num primeiro momento acerca da contextualização das acepções referentes ao neoliberalismo enquanto ideologia e conjunto de políticas, retomando sua gênese histórica, seu desenvolvimento e propagação, pois localizamos a Proposta governamental em análise como um instrumento que possibilita a efetivação das proposições de uma agenda neoliberal. Num segundo momento, nos debruçamos a apresentar a constituição do Programa Future-

se, tomado como fonte principal para análise, recorrendo, portanto, ao conjunto de formulações apresentadas, bem como, ao seu processo de produção, discutindo-as a partir da análise histórica.

NEOLIBERALISMO: GÊNESE, DESENVOLVIMENTO E HEGEMONIA

Quando nos dedicamos a discutir as origens do neoliberalismo, de saída, se faz necessário compreender que as proposições de Reforma do Estado, com suas implicações, por meio do desenvolvimento de uma agenda neoliberal e questões subjacentes (crise estrutural do capitalismo, discurso ideológico, avanço conservador, desoneração dos cofres públicos, privatizações, entre outras coisas), é amplamente discutida na literatura acadêmico-científica.

Essa ampla produção nos proporciona um panorama geral para a compreensão das implicações dessa agenda para as relações sociais estabelecidas na sociedade. Concordamos que é necessário desvelar os pressupostos que embasam o neoliberalismo, tanto em seus aspectos ideológicos quanto práticos. Assim, é necessário buscar as origens desta modalidade de organização econômico-ideológica. Moraes (2001), em sua obra *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?*, pondera que o termo *neoliberalismo* deve ser entendido em seus diversos significados, sendo eles:

1. uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; 2. um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think tanks*, isto é, centros de geração de idéias e programas, de difusão e promoção de eventos; 3. um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Moraes, 2001, p. 3).

Ao se propor a elucidar questões como *O que é o neoliberalismo? De onde surge? O que pretende? Quem o defende? Quem o critica?*, o autor supracitado, identifica a origem do neoliberalismo na acepção que o conhecemos hoje, como advinda historicamente do liberalismo clássico, concepções teóricas que podem ser consultadas em Smith (1723-1790) e, posteriormente, em Ricardo (1772-1823)⁶. É válido salientar que a definição de tal termo não encontra consenso⁷ na pesquisa histórica, diversos pesquisadores questionam tal definição, enfatizando que não há nada efetivamente *novo* nessas premissas, mas que se trata da retomada de ideias liberais numa perspectiva clássica, não encontram, portanto, justificativa para o uso do termo *neoliberalismo* (Orso, 2007), entretanto, não os ateremos a tal debate neste momento.

Alguns aspectos que devem ser considerados é que essa ideologia, liberal⁸, ressalta a capacidade do mercado em gerar eficiência e nortear a sociedade para um caminho justo e de riqueza, produzidas de acordo com os interesses e capacidades de cada um, mas que ao final das contas se efetivaria em benefício para o todo social. O mercado seria o melhor regulador, porque opera com o uso das potencialidades da razão, trazendo mais eficiência e eficácia das potencialidades proporcionadas pela natureza a cada indivíduo. Deste modo, a justiça se dá também, pela divisão do trabalho, de acordo com as capacidades, e porque “[...] estimula a dedicação ao trabalho e recompensa a engenhosidade. E riqueza, já que, pelo aumento de volume de produtos, difunde-se o benefício” (Moraes, 2001, p. 6).

Os resultados da liberdade econômica, nessa perspectiva, seriam a paz e a harmonia internacional. Aqui tem-se então, a defesa básica dos liberais que é a convicção fundamental de que se deve limitar a intervenção do Estado por meio do poder político. Deixa-se a regulação a critério do mercado, para permitir que os indivíduos vivam como bem entendam, já que são, formalmente, *livres e iguais*.

No final do século XIX as ideias liberais, sobretudo, de Smith e Ricardo, foram aprofundadas por Herbert Spencer (1820-1903) que, contra a intervenção do Estado, “[...] defende o sistema da concorrência como uma espécie de ‘seleção natural’ dos mais aptos, um darwinismo social” (Moraes, 2001, p. 12). Neste contexto, pode-se verificar o alinhamento do liberalismo ao conservadorismo. Assim, em fins do século XVIII, alguns autores liberais, começaram a reforçar o lado conservador dessa doutrina, entre eles, destacam-se: Edmund Burke (1729-1797); Benjamin Constant (1767-1830); Thomas Macaulay (1800-1859) e Henri Maine (1822-1888).

No século XX, o austríaco Ludwig von Mises (1881-1973) torna-se uma referência na defesa dos pressupostos liberais, entretanto, foi um de seus seguidores, Friedrich Von Hayek (1899-1992) quem teve papel fundamental na defesa e propagação desses ideais. A sua principal obra de referência dessas defesas *O caminho da Servidão*, publicada em 1944, pode ser considerada

[...] um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal. Nos anos seguintes, Hayek empenhar-se-ia na organização de uma "internacional dos neoliberais", a Sociedade do Mont Pèlerin, fundada na cidade do mesmo nome (na Suíça) numa conferência realizada em 1947 (Moraes, 2001, p. 13).

É necessário explicitar que, embora nesse momento, apesar da ideologia já se encontrar elaborada e fundamentada, bem como já haver essas manifestações e organizações públicas em sua defesa, o neoliberalismo inexistia como aquilo que poderemos classificar, posteriormente, de agenda estruturada. Pode-se pensar que houve um período de *stand by*, em termos práticos. No que se refere a aceitação desta ideologia, Noma (2017) assevera que “[...] essa corrente de pensamento não encontrou terreno fértil para se propagar, permaneceu em quarentena até a década de 1970, quando houve a irrupção da crise estrutural do capitalismo global” (Noma, 2017, p. 106).

Segundo Moraes (2001), a “quarentena dos neoliberais” cessou-se em meados da década de 1970, no momento em que diversos líderes partidários alinhados com programas neoliberais acabaram por conquistar “[...] governos de importantes países: em 1979, Margaret Thatcher, na Inglaterra; em 1980, Reagan, nos EUA; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha” (Moraes, 2001, p. 14). O principal exemplo na América Latina foi o caso do Chile, portanto, de acordo com Lira (2010), é importante considerar suas diversas transformações no âmbito econômico e social. Resgatamos o caso do Chile, pois se trata do exemplo mais expressivo na América Latina. O exemplo do Chile é nítido quando tentamos compreender como se deu o processo de divulgação e acolhida dos ideais neoliberais, especialmente, na América Latina. Desse modo, é válido assinalar como opera historicamente essa lógica,

Primeiro, desenha um diagnóstico apocalíptico. Em seguida, prega uma receita salvacionista: forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política antiinflacionária monetarista (doa a quem doer) - reformas orientadas para e pelo mercado, "libertando" o capital dos controles civilizadores que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares (Moraes, 2001, p. 13).

Diversos pesquisadores especialistas no assunto são enfáticos ao afirmar as mudanças ocorridas a partir da década de 1970, com a crise estrutural do capitalismo. Neste contexto, as reformas neoliberais foram tidas como a panaceia para retomada do crescimento econômico e desenvolvimento das nações.

Podemos considerar que a ofensiva do capital não se limitou ao mundo produtivo, neste momento, era necessária a consolidação e a legitimação de um novo regime de acumulação capitalista. Assim, segundo Batista (2017, p. 38) “[...] a ofensiva se efetivou também nas esferas da política e da ideologia”. Outro ponto a ser ressaltado é que, no processo que culminou na reestruturação produtiva, foi desenvolvido, conseqüentemente, um conjunto de valores que “[...] se articula com as formas ideológicas que estão na produção, na política e na cultura. Fundamentalmente, os valores do individualismo, pressupostos fundantes do liberalismo [...]” (Batista, 2017, p. 38).

Numa perspectiva histórica, ao desenvolver análise daquilo que denominou de Breve Século XX (1914-1991), Hobsbawm (2017) enfatiza que a situação mundial se tornou “[...] razoavelmente estável pouco depois da guerra, e permaneceu assim até meados da década de 1970, quando o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e econômica” (Hobsbawm, 2017, p. 225). Nas Décadas de Crise⁹, segundo Batista (2017, p. 37), o capital “[...] atacou em várias frentes. Promoveu uma reestruturação capitalista, no bojo da qual se desenvolveu um complexo de reorganização produtiva, com iniciativas de flexibilização”.

Ressalta-se aqui, que é necessário esclarecer que ao estudar as origens do neoliberalismo, a acepção deste vocábulo não possui uma conceituação precisa e consolidada que seja consensual. Entretanto, segundo Noma (2017, p. 99), o termo foi

cunhado em “1938 no Colóquio Walter Lippmann, que ocorreu em Paris e reuniu intelectuais liberais de diversos países”.

Deste modo, cabe ao pesquisador compreender essas questões com vistas a relacionar tal termo ao contexto de mudanças no qual foi cunhado e, sobretudo, compreender como este veio a se tornar a força motriz, de uma horda de mudanças globais, em termos ideológicos, políticos e econômicos, estas que se efetivaram por meio das diversas reformas empreendidas em nome do capital. Quando se trata do neoliberalismo como doutrina econômica, pode-se dizer que,

Alicerçando-se no liberalismo econômico clássico, os neoliberais fazem a defesa do capitalismo de livre mercado e criticam o que consideram arbitrariedades do Estado ao violar as liberdades individuais, apregoando o princípio de que a intervenção do estado deve ocorrer somente para estabelecer a livre concorrência econômica e fomentar a iniciativa individual (Noma, 2017, p. 102).

Por sua vez, Boito Junior (1999, p. 23) caracteriza a ideologia neoliberal contemporânea como sendo “[...] um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia”.

Se formos pensar numa definição mais ampla, pode-se dizer que a ideologia neoliberal pode ser considerada como uma “[...] apologia abstrata ao mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista [...]” (Boito Junior, 1999, p. 30). Em termos ideológicos, são combatentes viscerais daqueles que, segundo esta doutrina, podem interferir na liberdade de escolhas de cada indivíduo.

Deste modo, seus principais inimigos foram “[...] o Estado keynesiano, os sindicatos e as políticas de bem-estar social [...] e, além desses, o Estado desenvolvimentista e a chamada democracia populista [...]” (Moraes, 2001, p. 4). Em relação ao ataque ao setor público e, sobretudo, aos sindicatos, estes historicamente, foram acusados pelo discurso neoliberal de sabotar as bases da acumulação privada, já que “[...] teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno” (Moraes, 2001, p. 13).

Contudo, é válido considerar que o grande capital “[...] fomentou e patrocinou a difusão maciça do conjunto político-ideológico neoliberal” (Noma, 2017, p. 109). Segundo essa autora, este fato pode explicar porque, como movimento intelectual organizado, o neoliberalismo tem uma trajetória exitosa. Em relação a essa compreensão histórica, concordamos com Noma (2017) quando afirma que compreender o ideário neoliberal como uma forma de reação à crise estrutural do capital global nos anos 1970 “[...] subsidia a discussão do neoliberalismo como programa, como conjunto de políticas e como receituário para reformas, visando submeter todas as instâncias da vida social à lógica do mercado”

(Noma, 2017, p. 110). Neste momento, a economia mundial que enfrentava os problemas da década de crise de 1970 e 1980 “[...] não era mais a da Era de Ouro, embora fosse, [...] o produto previsível daquela era” (Hobsbawm, 2017 p. 402).

Em fins da década de 1980 e início de 1990, houve aquilo que pode ser considerado de clima de medo e insegurança, até mesmo nos países economicamente bem desenvolvidos, isso contribuiu para que neles ocorresse o colapso de padrões políticos tradicionais (Hobsbawm, 2017). Entre 1990 e 1993, poucas alternativas se fizeram de negar que “[...] mesmo o mundo capitalista desenvolvido estava em depressão” (Hobsbawm, 2017 p. 398). Entre os anos de 1980 e 1990, é possível verificar a expansão das políticas alinhadas a essa lógica, bem como as suas manifestações tangíveis como por exemplo, as privatizações, desregulamentação das relações de trabalho, o ajuste fiscal e monetário e a desregulamentação dos mercados (Viana, 2008).

Não se pode negar que com a crise estrutural do capital, sobretudo, em meados da década de 1970 emergiram algumas outras experiências de organização e gestão da produção e do trabalho. Entretanto, “[...] foi o ‘toyotismo’ com seus protocolos e seus nexos organizacionais que se tornou dominante em todo o sistema” (Batista, 2017, p. 44-45). Assim, no correr das décadas de 1980 a 1990, os conceitos relacionados a essa organização tomaram conta do ideário das corporações. Contudo, não se restringiram ao mundo do trabalho material, de produção de valores de troca. Essas concepções chegaram, até a esfera do trabalho improdutivo do ponto de vista do Capital. Surgindo assim, nas propostas de reformulações de políticas públicas, como no caso da educação, por exemplo. Nesse contexto, podemos encontrar termos correntes do mundo da produção, sintetizados em conceitos como: *produtividade; qualidade total; flexibilidades; eficiência; eficácia; cliente;* entre outros do Sistema Toyota de Produção espalhados e disseminados em diversos outros âmbitos da vida social, para além do da produção material imediata.

Podemos dizer, portanto, que o neoliberalismo enquanto esse conjunto amplo de aspectos, foi bem-sucedido, tanto em propagação de ideário quanto no que se refere ao conjunto de influências de elaboração de política econômica e proposição de reformas em diversas partes do globo. Contudo, ressalta-se que o neoliberalismo não se constituiu sozinho. Para que fosse efetivamente praticado contou com o papel desempenhado pelo Estado, que passou a ser objeto de reformas. Assim, é necessária a *colaboração* do Estado, para que seja possível a materialização das políticas neoliberais, “[...] neste sentido, pode-se afirmar que o Estado é condição indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital” (Noma, 2017, p. 113). É instigante pensarmos no caráter contraditório que se expressa nessa relação, já que a defesa, em última instância, dos ideólogos do neoliberalismo é a intervenção mínima do Estado, por outro lado essa ideologia ao *ganhar corpo*, depende da colaboração desse. Seja atuando de modo repressivo, *quando necessário*, seja eximindo-se de intervir quando conveniente.

Sobre o papel desempenhado pelo Estado, Cardoso (2003) nos apresenta conclusões interessantes, ao afirmar que o essencial, não é o fato de o Estado desvencilhar-se de

propriedades. Mas sim que, o essencial é ele “[...] desincumbir-se de lugar como centro de consolidação e reforço de normas gerais de controle de mercados (de bens, de serviços, financeiros, de trabalho etc.), redefinindo com isso seu papel na sociabilidade capitalista” (Cardoso, 2003, p. 25).

Para Viana (2008), as explicações das origens do neoliberalismo estão implícitas no modo de produção, devemos compreendê-las no conjunto dessas relações, de modo dialético. Segundo este autor, o modo de produção capitalista é a “[...] fonte das transformações estatais e ideológicas e não o contrário” (Viana, 2008, p. 4). Assim, ao buscar soluções para superar as crises, o capitalismo acaba por transfigurar-se em nova roupagem, agregando elementos explicativos da realidade, neste caso a própria ideologia neoliberal. Com base nos estudos realizados, foi possível verificar que durante este processo houve diversas implicações, sobretudo, para a classe trabalhadora, entre elas, o aumento da taxa de desemprego e o dismantelamento das políticas sociais, até mesmo nos países que dispunham do assim denominado *Estado de Bem-Estar Social*.

Ao corroer as políticas sociais, deixando a classe trabalhadora cada vez em maiores condições de precariedade, o Estado em sua configuração neoliberal se manifesta como Estado mínimo em políticas sociais, porém, um Estado forte em políticas repressivas. Principalmente, na dispersão da classe trabalhadora, seja essa por uso da violência, seja por meios discursivos ou outras estratégias, com vistas a enfraquecer politicamente o proletariado (Viana, 2008). Em relação a esta constatação, podemos retomar advertência de Lenin (2010), quando assegura que o Estado é o produto e manifestação do caráter inconciliável das contradições entre as classes, ele surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. Nesse sentido, ele funciona como um órgão de dominação de classe. Enfim, a partir dos anos 1990 segundo Boito Junior (1999), Hobsbawm (2017), Noma (2017), Viana (2008), entre outros, há aquilo que podemos considerar de alcance de hegemonia pelo neoliberalismo, nesse momento o mundo se torna neoliberal (Viana, 2008).

GOVERNO BOLSONARO-MOURÃO: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E A BALBÚRDIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA

Ao contextualizar historicamente a ascensão meteórica que culminou na eleição da chapa Bolsonaro-Mourão, em nossa avaliação, se faz necessário realizar uma digressão no sentido de compreender como tem se desenrolado a conjuntura política brasileira nos últimos anos. É válido, portanto, retomar o cenário de golpe vivenciado em 2016, em que as forças político-econômicas representadas por setores alinhados ao capital, dentre eles parte do empresariado brasileiro com o apoio de parte da imprensa hegemônica, impediram que a então presidenta Dilma Vana Rousseff (PT) (2011-2016), eleita democraticamente, pudesse continuar seu mandato.

O processo de impedimento, por sua vez, culminou com a chegada do vice-presidente Michel Temer (PMDB) em 31 de agosto de 2016 ao poder, este foi um dos primeiros sinais de alarde da nova avalanche neoliberal que estava por vir. A partir desse momento, com o presidente interino assumindo a presidência, foi possível observar uma série de acontecimentos que demonstraram que as ações político-econômicas que seriam empreendidas estariam alinhadas aos setores neoliberais, isso com a anuência dos setores conservadores da sociedade. Assim, em tese, parte da sociedade que estava farta do governo progressista e das políticas sociais desenvolvidas ao longo das gestões do Partido dos Trabalhadores, viu no golpe uma oportunidade de fazer valer seus supostos direitos elitistas.

Vale lembrar que economicamente entre os anos 2015-2016, o capitalismo aprofunda ainda mais suas contradições como um todo, contribuindo para que o discurso antiprogressista adquirisse força e cooptasse boa parte dos setores sociais, o que incluiu também pequenos empresários, prestadores de serviços, microempreendedores, para além dos setores de grande porte econômico. Ou seja, naquele momento era necessária a existência de um bode expiatório que pudesse ser responsabilizado pela crise, e os setores alinhados ao capital, assim como em outros momentos históricos, acabaram, em certa medida, por responsabilizar as políticas sociais desenvolvidas nos últimos anos, ou seja, o que denominavam de Estado paternalista.

As ações do presidente interino, estavam respaldadas na retomada da reforma do Aparelho de Estado, assim, pudemos observar a inclinação às políticas de privatização e a redução de gastos e investimentos públicos que levaram a realidade da academia científica brasileira a decair cada vez mais. Não por acaso, foi no governo de Michel Temer que as ameaças às universidades públicas federais se intensificaram. Temas como cortes de verbas, discursos privatistas e ataques aos direitos trabalhistas dos servidores da educação superior passaram a ser constantes.

Ignorando a situação de precariedade que as Universidades já vinham sofrendo, o governo com apoio dos setores neoliberais via nas Universidades o cenário perfeito para direcionar os discursos que denunciava, os altos gastos desnecessários que o Brasil financiava. A educação pública superior passou a ser concebida por essas lentes como um gasto sem retorno aos cofres públicos que deveria ser reavaliado. A síntese dessas ações pode ser verificada na aprovação da PEC 241/55, conhecida como PEC do teto de gastos, que se trata de uma proposta aprovada pelo o governo federal em 2017, que tende a congelar o orçamento durante 20 anos, com base no orçamento de 2016, áreas como a saúde e educação passaram a ser afetadas a partir de 2018 pela nova configuração orçamentária.

A partir disso, a conjuntura pré-eleições de 2018 foi marcada por um *novo modo* de demonstrar apoio eleitoral a um candidato político, especialmente, por meio das redes sociais. Com a ascensão meteórica da candidatura de Jair Messias Bolsonaro (sem partido)¹⁰, uma onda de neoliberalismo associada ao conservadorismo, passou a vigorar, por intermédio de grande maioria de seus apoiadores. As manifestações, cada vez mais se apartaram do pensamento republicano democrático, e demonstrações de atos como violências virtual,

verbal e física, como ataque aos opositores se tornaram corriqueiros. A tecnologia foi um fator essencial em sua campanha, nas redes sociais, se propagava o caos e o medo por meio de *fake News*, com apoio da mídia mercenária, de alguns religiosos e intelectuais¹¹ negacionistas da ciência.

Nessa esteira, intitularam Bolsonaro como o salvador que o Brasil precisava para vencer as mazelas que o desemprego e a crise econômica, resultados dos governos anteriores, haviam instalado, criou-se um *Mito*, o *slogan* de campanha “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos” foi uma tentativa, bem sucedida, de amalgamar diversos grupos sociais em torno do projeto liberal-conservador. Seus discursos, ainda como candidato, já apontavam para uma postura autoritária e que tinha como princípio de governo a aniquilação de direitos e ataques a classe trabalhadora.

Apesar disso, ou melhor, por esses mesmos motivos, parte expressiva da população eleitoral brasileira, insuflada pela elite empresarial, insatisfeita com gestões anteriores e com desejo de renovação política, apoiou *o novo*, ou melhor, o veterano na política Bolsonaro. Diga-se de passagem, o mesmo possui 28 anos de experiência no meio político, no qual atuou como Deputado Federal, durante todo esse tempo sem grandes resultados em relação a sua produtividade no exercício das funções, tendo em síntese, uma carreira inexpressiva até então.

Eleito, o governo de Bolsonaro, no que tange a educação, nunca poupou barbaridades para desqualificar, sobretudo, o ensino superior do Brasil. É possível perceber esse modelo autoritário de gestar, que implicou, até o momento em perfis de ministros da educação que pouco entendem sobre a importância dessa atividade social fundamental para qualquer sociedade civilizada. A passagem relâmpago de Ricardo Vélez Rodrigues (jan/abril 2019) foi suficiente para iniciar o governo neoliberal de Bolsonaro com ataques à democracia no ensino, com falas que reforçam ainda mais a desigualdade já existente no país.

O ex-ministro, afirmou que “[...] somente algumas pessoas que têm desejo de estudos superiores e que se habilitam para isso entram na Universidade [...] Universidade não é para todos” (Ministro [...], 2019a). O substituto, que assumiu a pasta da educação em abril de 2019 e permaneceu até julho do ano ulterior, não foi diferente. Abraham Weitraub, que a título de exemplo, é economista dedicado ao mercado financeiro, como ele mesmo intitula na biografia de seu currículo, possui um único vínculo com a educação brasileira “[...] além de estudante, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), começando em 2014, orientou apenas um aluno durante seu período na instituição” (Universidade de São Paulo, 2019). Convenhamos então, que o perfil de Weintraub não apenas estava alinhado com o propósito governamental, como também suas manifestações públicas reforçaram o caráter conservador do atual governo “[...] Gravar ou filmar aulas é ato de legítima defesa contra os predadores ideológicos disfarçados de professores” (Ministro [...], 2019b). De acordo com o ex-ministro, fazer essas gravações é um direito dos alunos e que os professores não deviam temer, pois estas podem ser medidas necessárias para a melhora do espaço escolar nos casos que os professores, supostamente, utilizam a sala de aula para doutrinar seus alunos.

Não o bastante, os ataques não foram só direcionados aos docentes, assim como de uma praxe do governo, as Universidades também sempre foram alvo. Em outra ocasião, Weintraub, concordando com Olavo de Carvalho, insinuou que as Universidades públicas, são espaços de práticas de sexo, drogas e balbúrdia. E por esse motivo, o contingenciamento de 30% verbas foi uma resposta do governo para deter a suposta nudez e balburdia que eram promovidas no interior desses espaços. O corte de recursos, segundo o ministro, faria as Universidades públicas repensarem seus posicionamentos e melhorarem o desempenho acadêmico. Diante disso, a população acadêmica e a população em geral que indignados com as falas do governo, foram às ruas para protestarem contra o que estava sendo propagado sobre as Universidades, bem como contra as decisões referentes aos cortes direcionados a esse setor.

Paralelamente a isso, considerando um plano de governo as investidas contra a educação superior, as ciências humanas, sobretudo, os cursos de filosofia e sociologia, foram alvo de críticas e difamações e mais uma polêmica vinda de ninguém menos do que o Presidente da República, Jair Bolsonaro. De acordo com o mesmo, estes cursos de graduação, não apresentam resultados à sociedade e, por este motivo, as verbas direcionadas a elas seriam cortadas. Bolsonaro afirmou que governo deve priorizar áreas estratégicas, que retornem algum benefício à população, o que em sua visão, não é o caso das áreas mencionadas (Bolsonaro [...], 2019).

Os cursos destinados à formação de professores, por sua vez, foram vistos como sendo aqueles nos quais o público é exclusivamente constituído pelos piores alunos da educação básica pública, que, segundo os discursos, procuram esses cursos pela facilidade de acesso e conclusão, isso justificaria também a precariedade da educação básica, já que esses mesmos alunos retornam às salas de aulas da rede pública como professores. Essas afirmações mencionadas, podem ser consultadas e conferidas em diversos meios, pois se tratam de afirmações públicas, que foram amplamente divulgadas na mídia em geral e pelas redes sociais, tiveram grande repercussão, tanto da crítica, quanto dos apoiadores de tais concepções.

Infelizmente, o que podemos ver é que as Universidades públicas do país estão sofrendo constantes atos que pretendem silenciá-las, bem como torná-las instrumentos do mercado. Em realidade, os cursos de graduação que formam o pensamento crítico nos indivíduos são vistos como ameaças para a sociedade, pois um governo que prioriza a economia tende logicamente a ignorar as contradições sociais e alinhar-se aos interesses ideológicos em questão. Nesse sentido, enquanto perdurar esse governo, a educação superior pública, infelizmente estará suscetível a sofrer com a fúria neoliberal.

UM CAVALO DE TRÓIA SISTÊMICO: DA PROPOSTA DE REVOLUÇÃO AO DESPREZO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Para que seja possível localizarmos proposições apresentadas no Future-se e classificá-las como essencialmente neoliberais, bem como problematizar suas possíveis implicações para a educação superior nacional é necessário que possamos localizar historicamente como se constitui esse ideário no país. Para tanto, é válido retomar alguns marcos históricos, dentre eles, os acontecimentos que marcaram a década de 1990, que em nossa avaliação, corroboram no sentido de localizar historicamente o neoliberalismo à brasileira.

Quando se trata da década de 1990 no Brasil, um elevado número de pesquisadores se debruça a compreender esse período, as políticas instituídas e o ideário de educação, frutos dessa época. Esses estudiosos afirmam que se trataram de mudanças significativas no modo de organização da política e da economia mundial, que por sua vez, implicaram na reorganização do Estado brasileiro. Assim, em termos geográficos, os países de capitalismo periférico não ficaram imunes à propagação do neoliberalismo.

Devemos compreender que os anos de 1980 prepararam o terreno para as reformas de 1990. Vale ressaltar que o objetivo não é aprofundar esse debate, mas situar historicamente o objeto de discussão. No Brasil, o início do ciclo de reformas do Aparelho do Estado foi tido como necessário para participação do país na composição do cenário de transformações econômicas e sociais mundiais. Essas reformas, sobretudo, deveriam apontar diretamente para a modernização, que era considerada naquele momento como uma das condições para sair da crise, pois “[...]. *As causas da instabilidade foram atribuídas ao Estado*, às suas formas de intervenção, ao modelo econômico adotado e à sua forma burocrática de administrar” (Perrude, 2017, p. 41, grifo nosso).

Esse ideário salvacionista de modernização, faz parte daquele pacote de características implícitas à agenda neoliberal mencionada, e no Brasil não foi diferente. Primeiramente, difundiu-se o diagnóstico desolador e, num segundo momento, tem-se as propostas salvadoras, essas, via de regra, são propagadas por representantes do capital. Neste mesmo sentido, Cardoso (2003), em suas análises, acrescenta que tornaram-se crescentes as pressões por “[...] flexibilização dos mercados de força de trabalho, tida como momento crucial da modernização das relações entre capital, trabalho e Estado na nova ordem produtiva mundial” (Cardoso, 2003, p. 84).

Por sua vez, Boito Junior (1999) considera que o neoliberalismo no Brasil é tardio em relação ao dos demais países da América Latina. Ao desenvolver análise da acerca *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, expressou em uma obra densa no final da década de 1990, indícios daquilo que poderia estar por vir. Enfatizava que, apesar do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) 1995-2002, membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), *abrir as portas* para implantação da política neoliberal no país, acelerando seu processo de inserção, essa estava distante de esgotar suas possibilidades em relação às reformas necessárias. Em nossa avaliação, de fato, Boito Junior foi assertivo em suas colocações. De lá para cá, as políticas neoliberais no Brasil se desenvolveram *pari passu* às reformas observadas em outros países de tradição neoliberal. Em sua percepção,

seria errôneo imaginar que a frente conservadora do país, que vinha sustentando os governos até então, se desse por satisfeita naquele momento, ou, que esta, não tivesse força “[...] para avançar ainda mais nas mudanças neoliberais” (Boito Junior, 1999, p. 12).

Podemos pensar então que, Fernando Collor de Mello iniciou e FHC arrematou o programa neoliberal “[...] padrão reforma econômica, a receita tal qual, assim como o fizeram Carlos Menem na Argentina e Salina de Gortari no México”. (Cardoso, 2003, p. 87). Em sua obra *A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil (2003)*, Cardoso afirma que, naquele momento, a implantação da agenda neoliberal não se tratava de um programa autóctone, “[...] mas da submissão pura e simples da inteligência econômica da região a um cânon que não está em vigor entre os que a vendem como panaceia” (Cardoso, 2003, p. 88). Esse mesmo cenário é percebido por Boito Junior (1999) que identificou na esfera federal, naquele momento pressão sob os governos municipais e estaduais, especialmente, no que tangia à política de privatizações.

Essa dinâmica de exercício de pressão das classes que detém o capital sobre os trabalhadores, por assim dizer, é uma das características fundamentais que desenvolveram a agenda neoliberal. Ao passo que a esfera federal exercia pressão nos estados e municípios, esta sofria pressão, em contrapartida, dos países mais desenvolvidos, por intermédio de acordos da qual se tornou signatária, bem como, e, em especial, por conta de débitos assumidos perante a comunidade internacional. Aqui é possível verificar mais uma característica paradoxal intrínseca a essa doutrina, ao passo que apregoa pela liberdade irrestrita, subjuga e reduz a autonomia das nações.

Essa política subalternizadora própria do neoliberalismo, não se restringiu nas décadas de 1980-1990 apenas ao exercício de dominação dos países de capitalismo de centro em relação aos de periferia. Esta, logrou êxito também, em fazer vigorar uma política mundial de supressão de direitos sociais, tornando-se um fenômeno internacional (Boito Junior 1999). No que se refere aos direitos sociais, aquilo que era praticado entre os países de centro e os considerados de periferia, a ofensiva neoliberal contra os direitos agiu em duas frentes, de modo sintético, essas ações podem ser expressas da seguinte forma:

[...] nos países periféricos, em primeiro lugar, o neoliberalismo tem servido, tal qual nos países centrais, para restringir ou suprimir direitos dos trabalhadores. [...] Em segundo lugar, nos países periféricos, o neoliberalismo desempenha uma função suplementar específica: serve para enquadrar economias nacionais subdesenvolvidas às novas exigências do imperialismo (Boito Junior, 1999, p. 36-39).

É válido lembrar que naquele momento, o diagnóstico era que tanto a economia quanto a política brasileira passavam por momentos de instabilidade. Assim, era necessário encontrar as razões da referida crise e solucionar os problemas para que o país pudesse se inserir no cenário global. A crise num primeiro momento, assim como ocorreu em outros países no movimento de reforma, foi atribuída ao Estado, especialmente, à sua perda de características originárias. Em outras palavras, a ideia era que o Estado, ao assumir outras

funções, que não as suas historicamente definidas, acabou por encontrar-se em uma crise sem precedentes. Portanto, era necessário redefini-lo, ou seja, reformá-lo. Ocorre que, em decorrência da crise na qual o Estado estava inserido, segundo os ideólogos neoliberais, tornava-se mais que possível, mas de fato desejável, que este fosse reformado.

Com a necessidade dessa redefinição do papel desempenhado pelo Estado, emerge as possibilidades de desenvolvimento de outras relações, como por exemplo, àquelas estabelecidas com o *terceiro setor*¹². Entretanto, em nossa análise, é válido assinalar que, por um lado, o Estado estava em crise, prevalecendo sua incapacidade de manter as políticas de proteção social, apesar da reforma. Por outro lado, o que permaneceria seria

[...] seu caráter classista e se mantém seus respectivos instrumentos de poder e repressão intervindo, na condição de agente privilegiado, no processo de acumulação nacional e supranacional. [...] o maior desafio é compatibilizar a estratégia da legitimação com a estratégia de acumulação, e nesse processo o *terceiro setor* vem assumindo um papel importante [...] (Silva, I., 2001, p. 3).

Numa perspectiva crítica, a autora supracitada, alerta para a valorização por meio de discurso ideológico destinada ao terceiro setor, tendo em vista que, em última instância, essas atuações acabam por corroborar com a legitimação das políticas neoliberais adotadas, eximindo o Estado de sua atuação e, promovendo muitas das vezes, essa relação com a sociedade civil, exercendo seus deveres.¹³

Vale lembrar que, no Brasil, os discursos reformistas de caráter neoliberal vêm à baila no governo Collor, contudo, pela falta de credibilidade que adquiriu junto à sociedade não arrematou as reformas. Entretanto, o governo FHC, desfrutou de ampla hegemonia no Congresso e nas diferentes esferas da sociedade civil, favorecendo o encaminhamento das reformas reivindicadas pelo capital. Com isso ratificou as transfigurações do Estado que se iniciaram na gestão Collor de Mello. Segundo Boito Junior (1999, p. 14), “[...] a medida em que os governos avançam na aplicação dessa plataforma, podem mudar os interesses e a força dos setores sociais envolvidos no processo [...]”, assim, pode ser analisado o processo de eleição e deposição de Fernando Collor de Mello.

De acordo com Boito Junior (1999, p. 15), “[...] o avanço do neoliberalismo altera a situação de diferentes frações da burguesia e o faz de modo a fortalecer suas próprias bases de sustentação política”. Exemplo disso, pode ser verificado nas eleições presidenciais de 1998, na qual a burguesia repetiu o que fizera em 1994, quando se uniu em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso para derrotar Lula na tentativa de se desvencilhar de um possível governo reformista apoiado pela esquerda.

É válido lembrar que em 1994, essa unidade burguesa seguiu em torno da plataforma neoliberal e perdurou após a eleição, o que possibilitou um grande avanço da perspectiva neoliberal no país (Boito Junior, 1999). Além disso, neste momento, foram feitas diversas reformas constitucionais, que culminaram na aceleração do processo de privatização. Deste

modo, a frente neoliberal conservadora, segundo Boito Junior (1999) não se deu por satisfeita com as reformas empreendidas até então, desse modo insistiriam em uma segunda geração de reformas, que seriam atribuídas ao segundo mandato de FHC.

Ao considerar que a crise se efetivou em decorrência do Estado haver se desviado de suas funções, apregoavam que a solução seria, portanto, fortalecer o Estado. E, para tanto, o plano de reformas em questão visava “[...] criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais” (Brasil, 1995, p. 6). Aquilo que nomeavam como reconstrução em bases *modernas e racionais*, era de fato, a capacidade de fortalecer o Estado para que este passasse a atuar de modo gerencial. Tanto a configuração do Estado quanto sua administração deveriam pautar-se em um modelo de gestão gerencial, diferente daquele efetivado até então, considerado excessivamente burocrático.

De um Estado paternalista-burocrático, teríamos a partir da reforma, um Estado social-liberal gerencial. Uma outra questão que merece destaque é o tratamento atribuído ao funcionalismo público, como uma das partes responsáveis pela crise que assolava o Estado naquele momento. Esse ideário acerca do funcionalismo público é encontrado no PDRAE (1995), no documento verifica-se severas críticas ao funcionalismo público e aos déficits desse gerados ao Estado. Assim, urgia realizar a reforma em todo o sistema de contratação, regulamentação salarial, previdência e possíveis demissões em torno do funcionalismo público.

É relevante destacar que no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) suas defesas fazem parte de um projeto de reformulação do Estado de amplitude em termos cronológicos, o qual revela que as pretensões eram de fazer com que as reformas atingissem patamares irreversíveis. Para tanto, deveriam ser alcançados resultados em curto, médio e longo prazo. O intuito era que o PDRAE, não findasse sua tarefa ao término do processo de reformar o Aparelho do Estado.

No que tange às implicações para a área da educação, essas foram diversas. Basso e Bezerra Neto (2014, p. 10) explicam que no Brasil este ideário “[...] é traduzido na influência dos diretores, técnicos e conselheiros do Banco Mundial nas decisões educacionais e nas pressões sobre o governo [...]”. Esse ideário, por sua vez, está embasado em algumas premissas, sendo elas:

[...] as estruturas capitalistas internas estão distantes do atual modelo de modernidade, daí a necessidade de ajuda e cooperação técnica externas; [...] há dificuldade do governo federal em planejar a educação, [...] ; o próprio empresariado industrial do país vê a presença das multinacionais e o mercado de ensino como possibilidades de aumento de lucros; a abertura de mercados para as multinacionais e os bancos estrangeiros se tornou necessária e a globalização inquestionável, um exemplo desta pressão pode ser a exigência de licitações para compra de materiais didáticos de outros países; aconselhamento quanto à mudança dos rumos dos investimentos na educação, propondo a redução dos custos e induzindo o pensamento de que o Ensino Fundamental seja prioridade nos investimentos e que os demais

níveis educacionais podem ser ofertados pela iniciativa privada [...] (Basso; Bezerra Neto, 2014, p. 10).

Partindo dessas considerações, a educação é tratada como um gasto, por vezes desnecessário, especialmente, no que tange ao ensino superior, tendo em vista que esse poderia ficar a cargo da iniciativa privada. Desse modo, com base na agenda neoliberal, segundo Basso e Bezerra Neto (2014) o poder público, ao organizar a educação pública brasileira, busca incessantemente a redução de custos e a otimização dos resultados, que devem se aferidos por meio de avaliações externas e constantes.

Pode-se se dizer que, uma vez que as reformas foram iniciadas, essas tiveram sua continuidade efetivada, em maior ou menor grau, desde então. Podemos considerar que o Estado Brasileiro depois de empreendidas as referidas reformas, em termos organizacionais, trata-se de um Estado social-liberal gerencial, o que pode ser classificado, grosso modo, como um Estado neoliberal. A análise, portanto, corrobora para que possamos compreender o processo de sucessão de governos que se deu desde então e as diferentes relações estabelecidas nesses âmbitos com as políticas neoliberais. A intenção era realizar esse resgate a fim de compreendermos como se constituíram, via de regra, as gestões após a reforma empreendida na década neoliberal¹⁴.

Obviamente, não se faz possível esgotar tal assunto nesse texto, portanto, a intenção sumária era apenas localizar historicamente tais proposições para que se possa compreender de modo mais profundo como as propostas atuais presentes no Programa Future-se, vinculam-se e estão submetidas, sobremaneira, a mesma lógica.

A análise aqui apresentada, trata-se de uma análise preliminar, isso porque o Programa ainda se encontra em fase de elaboração/finalização. Assim, empreenderemos sua caracterização, apresentando sua origem, elementos que o compõe, equipe elaboradora, aspectos correlatos a apreciação pública, às manifestações do setor privado em relação as proposições, as manifestações das Universidades em relação a possível adesão, entre outros elementos que consideramos pertinentes. Para além disso, discutiremos as proposições presentes no Programa articulando a discussão com as concepções neoliberais, assim, sustentando nossa tese de que o Programa é um verdadeiro Cavalo de Tróia¹⁵ para a educação superior pública brasileira.

Ao se dirigir aos deputados em sessão da Comissão de Educação, o então Ministro da Educação Abraham Weintraub¹⁶, afirmou que o Future-se representa “[...] a maior revolução na área de ensino no país, dos últimos 20 anos” (Menezes; Pera, 2019a). Diante dessa afirmação, entendemos que se faz pertinente resgatar brevemente as acepções do termo Revolução. Se buscarmos o termo Revolução segundo alguns dicionários comuns, em síntese, encontraremos algumas das seguintes definições: Resistência, geralmente violenta, contra a autoridades ou ordem de coisa estabelecida; Mudança brusca e violenta na estrutura econômica, social ou política de um Estado; transformação, mudança completa, perturbação moral. Indignação, agitação.

Já o dicionário de filosofia de Nicola Abbagnano (2007, p. 858-859), indica que Revolução é a

Violenta e rápida destruição de um regime político, ou mudança radical de qualquer situação cultural. [...] O único significado preciso do termo político, que teve início no séc. XVIII. Revoluções propriamente ditas foram a inglesa, a americana, a francesa e a russa, mas às vezes também são chamadas de Revoluções transformações políticas que tiveram menor importância na história geral do mundo, apesar de serem marcos fundamentais na história de determinado país.

É possível também nos apropriarmos de outras definições, como por exemplo, a de Lowy (2009, p. 8) que adverte que “[...] a Revolução é etimologicamente uma reviravolta: inverte as hierarquias sociais ou, antes, recoloca no lugar um mundo que se encontra do avesso [...]”. Por certo, a afirmação do então ministro, não diz respeito a esse tipo revolução. A não ser, é claro, que este acreditasse que a educação se encontrava do avesso e, portanto, deveria ter suas hierarquias invertidas. Assim, emerge, então, o seguinte questionamento: se o Programa Future-se representa a *maior revolução dos últimos 20 anos*, o que isso significa, em termos objetivos, para a educação nacional? A análise preliminar nos possibilitou a maior aproximação com o conteúdo da proposta, que discutiremos a seguir.

O Programa Future-se foi elaborado em um contexto no qual a ideologia neoliberal ganhava espaço no país. Com a chegada do presidente eleito Jair Bolsonaro, os representantes neoliberais, dotados de argumentos contra governos petistas anteriores, apresentaram o Future-se como uma saída para as críticas que advinham dos supostos altos investimentos direcionados para a educação superior brasileira. Nesse ínterim, o Future-se, foi descrito pelo então ministro da educação Abraham Weintraub como “[...] um programa para dar mais liberdade para as universidades e institutos poderem fazer o trabalho bem feito” (Mezenez; Pera, 2019b), foi apresentado primeiramente de forma restrita aos reitores das Universidades e Institutos Federais no dia 16 de julho e no dia seguinte foi oficialmente divulgado em Brasília. A reunião com os reitores não serviu para tranquiliza-los sobre o que estava por vir pela frente. Pelo contrário, a ausência de vozes do seio das Universidades para elaborar o projeto, que a elas é destinado, causou ainda mais desconfiança sobre os rumos da educação superior pública brasileira.

Na ocasião os dirigentes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) indicaram que não havia um posicionamento oficial da entidade até aquele momento, embora tenham apresentado certa insatisfação pela falta de debates na elaboração da proposta. De acordo com os representantes da entidade não houve consulta, escuta nem participação prévia dos reitores na elaboração do projeto. Afirmaram ainda, que não há precedentes de projetos dessa forma, sem amadurecimento prévio dos representantes das instituições, por fim, concluíram que o projeto era vago e carecia de mais informações e clareza para com a comunidade acadêmica (Dirigentes [...], 2019).

A situação foi contornada pelo Ministério da Educação (MEC) ao propor uma consulta pública, a fim de maquiar que o projeto foi feito inteiramente para atender os interesses do governo, sem ao menos ouvir os reitores das Universidades. Com a intenção de propagar a ideia de que o programa estava sendo debatido com a sociedade e que atendia a solicitações do meio acadêmico, houve divulgações, tanto na imprensa hegemônica, quanto nos meios da imprensa oficial do governo. A divulgação, em si, teve como intuito apresentar a ideia que havia o debate público e que a sociedade estava sendo convidada a contribuir com a escrita do Futura-se.

Nos dias 25 e 26 de julho, teve lugar, em Vitória (ES), a 176.^a Reunião do Conselho Pleno da ANDIFES, na ocasião foi redigida uma carta intitulada “Carta de Vitória” na qual a entidade se manifestou nos seguintes termos em relação à proposta,

[...] alguns elementos novos não parecem interessantes. Foram questionados, assim, pontos específicos do Programa FUTURE-SE. Por exemplo, com a exigência de firmar-se contrato de gestão abrangente com uma Organização Social, as universidades ver-se-iam profundamente atingidas em sua autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e mesmo em sua autonomia didático-científica, em conflito com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Outro exemplo: a proposta de constituição de um Fundo de Investimento sugere um descompromisso crescente com o financiamento público do ensino superior, no que atentaria contra no artigo 55 da LDB (Lei No 9.394, de 20/12/1996), segundo o qual: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (ANDIFES, Carta de Vitória, 26 de julho de 2019, p. 2).

Possuindo como um de seus objetivos principais “[...] o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios” (Brasil, 2019, art. 1º), já é possível identificar que o governo quer, nas entrelinhas, retirar sua responsabilidade perante a educação superior brasileira, visto que propõe por meio de um programa o fortalecimento da autonomia “[...] ou seja, na perspectiva do Future-se, as organizações sociais e o mercado são mais capazes de prover o desenvolvimento do conhecimento do que o próprio Estado” (Gonçalves Filho; Farage, 2019, p. 41).

O Future-se foi rapidamente transformado em projeto de Lei que visa a utilização de Organizações Sociais contratadas para dar suporte à execução de atividades de três eixos: 1) gestão, governança e empreendedorismo; 2) pesquisa e inovação e 3) internacionalização, que juntos buscam nada mais do que uma nova formulação do ensino superior público com caráter de mercado, negando assim a importante função social das Universidades Federais para o desenvolvimento do país.

De acordo com o governo, a adesão ao programa não é obrigatória, mas para as instituições que aderirem, fica o comprometimento de entregarem às Organizações Sociais as tarefas de:

- I. Apoiar a execução das atividades vinculadas aos 3 eixos do Programa;
- II. Apoiar a execução de planos de ensino, pesquisa e extensão das IFES;
- III. Realizar o processo de gestão de recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- IV. Auxiliar na gestão patrimonial dos Imóveis das IFES participantes;
- V. Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades (Brasil, 2019).

Assim, fica explícito que ao aderirem a essa proposta, as Universidades não terão apenas as atividades gerenciadas pelas Organizações Sociais, como também estará a prova o patrimônio das IFES, pois o projeto prevê que o Ministério da Educação poderá doar, condicionalmente, bens imobiliários para as Organizações participantes do Future-se (Brasil, 2019). E, não apenas isso, prevê também que com a criação de fundos de investimentos, futuramente, os recursos do Estado destinados às universidades que possuem potencial de capitalização própria, poderão assumir caráter meramente supletivo.

Então, a intenção de associar Organização Social e Universidade, nada mais é do que uma estratégia de adequação da academia com os novos preceitos do capital. Portanto, em uma análise mais próxima das reais intenções dos representantes do projeto, conseguimos enxergar que seu conteúdo é um dos, se não o maior, ataque ao ensino público superior do Brasil. Estaria aí, talvez, a *Revolução* mencionada pelo então ministro no ato da apresentação do Programa. Revolucionar nesse caso, seria, inverter completamente a função social das IES públicas.

Em relação aos eixos que o projeto propõe, o primeiro que se refere a “gestão, governança e empreendedorismo” prevê a melhoria do manejo de recursos, instalação de ouvidorias, instalação de ambientes inovadores, além da incorporação de arrecadação própria. O segundo eixo denominado “pesquisa e inovação” revela seu caráter privatista, pois objetiva uma maior interação com o setor empresarial, no intuito de contribuir com a capacidade de inovação e atender as demandas desse setor. Por fim, o terceiro eixo intitulado “internacionalização” se pauta na oferta de bolsas de estudos e idiomas no estrangeiro (Brasil, 2019).

Nesse sentido, entendemos que o projeto se apresenta bastante peculiar para o que até o momento, as Universidades e Institutos possuem como missão. O que queremos explicitar aqui, é que o objetivo de um, anula o outro, visto que a educação superior pública possui como propósito a propagação do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. E por meio disso, se submete a formação profissional e pessoal da comunidade acadêmica, pois se configura como espaço de consolidação do debate, da pluralidade, das críticas e, sobretudo, faz isso de maneira democrática.

É importante destacar que no momento que se competem a uma Organização Social os serviços prestados na educação superior, conseqüentemente, os docentes lotados nas

Universidades e Institutos passam a estar sob o controle desse novo modo gerencial. Portanto, é claro que assim como a iniciativa privada sugere, os professores estarão submetidos a toda instabilidade e precarização do trabalho que essa modalidade permite. Portanto, a ameaça ao trabalho docente começa a ganhar estrutura no governo bolsonarista. O caráter empreendedor que o Future-se possui, faz com que os professores tenham que se encaixar a isso e cai por terra todos os direitos conquistados na carreira do magistério “[...] sai o professor pesquisador e entra o empresário do ensino” (Silva, L., 2019, p. 11).

E, é justamente isso que está em xeque quando falamos sobre o programa Future-se. As proposições presentes no projeto não se pautam apenas em mudanças no ensino, mas sim em uma ousada tentativa de privatização das Universidades e também dos Institutos Federais. De acordo com Gonçalves Filho e Farage (2019), o projeto de lei, caso aprovado, terá um impacto que ultrapassará os muros da universidade e atingirá também o ensino básico, visto que com sua aprovação, alterará 17 leis¹⁷ já regulamentadas, que ocasionarão em um grande impacto que ignora as conquistas em relação a gestão democrática, autonomia universitária e tríade acadêmica conquistadas pela classe trabalhadora por meio de lutas e resistências por uma educação pública de qualidade nas últimas décadas.

Concluimos então, que essa tentativa que, em face de uma leitura superficial, não se mostrava perigosa, pelo fato de não apresentar cobranças de mensalidades, é mais audaciosa do que se pensa, pois é nas entrelinhas que o governo quer aos poucos caminhar rumos a privatização do que em tese, deveria ser mantido e financiado inteiramente pelo Estado, visto que é um bem de setor público. Entendemos que essa é mais uma ameaça e que assim aos poucos a Universidade perde sua característica de pública para assumir outras características, demasiadamente alinhadas aos interesses do capital financeiro, ou seja, o que foi conquistado até o momento, passa com o Future-se, a atender essencialmente aos interesses privatistas.

Em seu modo de articulação, claramente autoritário, o conteúdo do Future-se muito se assemelha ao passado. Um passado não tão distante, mas muito infeliz para a história do país. Porém, é nesse passado que o governo de Bolsonaro muito se inspira. No período da Ditadura civil-militar que prevaleceu entre os anos de 1960-1985. Podemos lembrar por exemplo, da Reforma Universitária de 1968, imposta, basicamente sem discussões com os setores sociais interessados, especialmente com a comunidade acadêmica. Na ocasião, buscaram implantar no país um modelo de ensino que prevalecia nos Estados Unidos, mas não apenas isso, o modelo possuía em sua gênese a intenção de privatizar e fragmentar a educação pública. Estamos falando do Future-se? Não, mas dos acordos MEC-USAID¹⁸. Entretanto, algumas características podem, em certa medida, ser comparadas às do programa proposto pela gestão Bolsonaro. Assim, indicamos nossas preocupações em relação a efetivação da proposta atual que se mostra como um verdadeiro Cavalo de Tróia, ou seja, uma armadilha ardilosa apresentado pelo sistema às IES, o qual ao mesmo tempo se apresenta como modernizador e progressista, por outro lado, tende a abrir precedentes que poderão implicar na concretização de políticas neoliberais, por meio do vínculo público-privado.

CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

A presente análise do tema nos permitiu considerar que a educação superior pública tem sofrido atualmente um levante em favor do seu desmonte. Entretanto, recuperando o caráter histórico do fenômeno educativo e suas acepções pudemos observar que o alinhamento com políticas que evidenciam o corte de gastos e recuo do Estado no que se refere a manutenção de tais tarefas é um fator *sine qua non* para o desenrolar das políticas neoliberais.

Se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/1961 houve o confronto entre os interesses privatistas e confessionais em detrimento do público, na figura expressa pelas Campanhas em Defesa da Escola Pública e pela Liberdade de Ensino, o que visualizamos na configuração final da Lei através do art. 89 e 108 é a descentralização e abertura do setor educacional para a forma ativa do setor privado. Ainda percorrendo a história nos resvalamos na abertura política neoliberal dos anos de 1990 que percorrem a gestão do sistema educacional incorporando traços empresariais a sua elaboração, a forma de gerir a educação tem seu escopo no campo da administração assim como prevê Bresser Pereira na Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995).

Ainda dentro do percurso histórico, observamos a injeção de capital realizada pelo Partidos dos Trabalhadores nas instituições privadas de ensino, há de se notar que esse mesmo governo também efetivou a criação de diversos Institutos Federais pelo país, excepcionalmente, nas regiões mais interioranas. Com o pedido de impeachment concretizado em 2016, a educação é entendida pelo presidente interino Michel Temer como um aspecto que faz vias a economia capitalista, portanto, a conotação de uma educação mercadológica. Com a eleição vitoriosa de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente do Brasil em 2018, campanha política que amplamente já demonstrava como seria seu governo, identificamos a educação como parte de um projeto essencial de doutrinação dos grupos dominantes aos dominados, essa dominação por via de regra atende a criação de propostas que por ora são acientíficas e que incitam ataques contra as instituições públicas de ensino e de modo geral depreciam o setor de serviços públicos.

As repercussões ideológicas expressas no discurso do presidente apontam para o conservadorismo, para a negação da luta de classes e pela manutenção do poderio da burguesia nacional. De tal modo, o Programa Future-se expressou os interesses de classe, ainda que dentre as expressões utilizadas ao longo do projeto apresentassem-se como democráticas.

Nesse sentido, o desempenho da educação apresentava-se em conexão com critérios mercadológicos. São evidentes as proposições orientadas pela gestão empresarial, bem como os vínculos entre esse contexto e o que é estipulado na organização das instituições superiores, tendo-se como bandeira a visão do empreendedorismo como sinônimo de “modernização”. Por fim, ainda que o programa Future-se tenha sido sepultado não devemos ter ilusões sobre o fim das bandeiras privatistas na educação. Para o capital, tudo é

mercadoria, incluindo os trabalhadores. A hegemonia burguesa ainda não foi suplantada e, diga-se de passagem, só o será no momento de superação das relações capitalistas de produção.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDIFES. Carta de Vitória sobre o projeto future-se. 176º Reunião do Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, 25 e 26 de julho, Vitória, ES, 2019. Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3960-carta-da-andifes-sobre-o-projeto-future-se>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BASSO, J. D.; BEZERRA NETO, L. As influências do neoliberalismo na Educação brasileira: algumas considerações. **Itinerarius Reflectionis Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus**, Jataí, v. 1, n. 16, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/29044/17224>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BATISTA, R. L. A ofensiva do capital e a reestruturação produtiva no final do século XX. In: TOLEDO, C. de A. A. de; NOMA, A. K. (org.). **Políticas públicas educação na Contemporaneidade**. Maringá: Eduem, 2017. p. 35-56. (Coleção Políticas e gestão da educação, v. 1).

BOITO JUNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

BOLSONARO diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia. **G1 Educação** [online], 26 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Lei 10.260/2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Câmara de deputados. Brasília (DF), 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10260-12-julho-2001-329619-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI – regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-dediretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. **Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado.** Câmara de Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília (DF): Presidência da República; Câmara de Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf> Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação. Projeto de Lei de 2019.** Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se, e dá outras providências. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei__futurese__gt__portaria_1701__16102019.pdf?_ga=2.255942539.105700768.1579370451-399226138.1524520246. Acesso em: 30 ago. 2020.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal:** e a crise dos sindicatos no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

DIRIGENTES da Andifes concedem entrevista sobre o Future-se. **Correio Braziliense**, 17 de julho de 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/07/17/interna-ensinosuperior-2019,771653/ao-vivo-dirigentes-da-andifes-concedem-entrevista-sobre-o-future-se.shtml. Acesso em: 30 maio 2023.

FRIGOTTO, G. Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/viewFile/66270/41708> Acesso: 10 dez. 2021.

GONÇALVES FILHO, A.; FARAGE, E. Educação Superior Pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. **Revista Em Pauta:** teoria social e realidade contemporânea, v. 17, n. 44, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/45210/30942>. Acesso em: 01 dez. 2021.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). Tradução: Marcos Santarrita. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIRA, F. R. F. T. de. Do socialismo ao neoliberalismo: o Chile dos anos 1970. **Vitrine da conjuntura**, Curitiba, v. 3, n. 6, ago. 2010. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/261427454798353.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

LOWY, M. (org.). **Revoluções.** Tradução de Yuri Martins Fontes. São Paulo: Boitempo, 2009.

MENEZES, D.; PERA, G. "É a maior revolução na área de ensino no país dos últimos 20 anos, diz ministro". 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-aco-es-programas-e-projetos-637152388/83511-e-a-maior-revolucao-na-area-de-ensino-no-pais-dos-ultimos-20-anos-diz-ministro>. Acesso em: 30 maio 2023.

MENEZES, D.; PERA, G. **MEC apresenta programa de inovação no ensino superior para reitores de universidades**. 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78201:mec-apresenta-programa-de-inovacao-no-ensino-superior-para-reitores-de-universidades&catid=212#:~:text=%E2%80%9CO%20Future%2Dse%20%C3%A9%20um,a%20muitas%20m%C3%A3os%E2%80%9D%2C%20explicou. Acesso em: 25 ago. 2020.

MINISTRO da educação afirma que universidade é para 'somente algumas pessoas'. **O Globo**, 30 de janeiro de 2019a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-educacao-afirma-que-universidade-para-somente-algumas-pessoas-23414713>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MINISTRO da educação diz que filmar professores em aula é direito dos alunos. **O Estadão**, São Paulo, 28 abr. 2019b. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-educacao-diz-que-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos,70002808189>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

NOMA, A. K. O Neoliberalismo: doutrina, movimento e conjunto de políticas. *In*: TOLEDO, C. de A. A. de; NOMA, A. K. (org.). **Políticas públicas educação na Contemporaneidade**. Maringá: Eduem, 2017. p. 35-56. (Coleção Políticas e gestão da educação, v. 1).

ORSO, J. P. Neoliberalismo: equívocos e consequências. *In*: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007.

PERRUDE, M. R. da S. Reforma do Estado e da educação no Brasil a partir da década de 1990: novos padrões de administração pública e de gestão educacional. *In*: TOLEDO, C. de A. A. de; NOMA, A. K. (org.). **Políticas públicas educação escolar no Brasil**. Maringá: Eduem, 2017. p. 42-57. (Coleção Políticas e gestão da educação, v. 2).

SILVA, A. V. M. da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 16, n. 70, p. 197-209, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737/15765>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

SILVA, I. G. A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Lutas Sociais**, n. 7, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18778/13962>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVA, L. M. **Considerações sobre o “Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE”**. Brasília: Mauro Menezes & Advogados, 2019. Disponível em: http://oppceufc.files.wordpress.com/2019/08/ajn_fut_anexo-circ293-19.pdf. Acesso em: 30 ago. de 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Dissecando o currículo do Ministro da Educação. **Jornal do Campus**, 01 maio 2019. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/05/dissecando-o-curriculo-do-ministro-da-educacao/> Acesso em: 30 ago. 2020.

VIANA, N. Breve história do neoliberalismo. **Revista Enfrentamento**, n. 5, p. 4-10, jul./dez. 2008, Disponível em: https://www.academia.edu/2772090/Breve_Hist%C3%B3ria_do_Neoliberalismo. Acesso em: 14 ago. 2020.

AUTORIA:

* Doutorado em educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Titular da Universidade Estadual de Maringá. Contato: maogomes@uem.br

** Mestrado em educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora da Universidade Estadual do Paraná. Contato: profanaaires@gmail.com

*** Mestrado em educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora da Rede municipal de educação da cidade de Maringá. Contato: crislainepita00@gmail.com

**** Mestrado em educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora da Rede municipal de educação da cidade de Maringá. Contato: suzanemeneses28@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

GOMES, M. A. de O.; RODRIGUES, A. P. A.; PITA, C. A.; CAETANO, S. M. Programa Future-se: ou como fazer a educação superior pública andar para trás. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-29, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8661345. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8661345>. Acesso em: 9 abr. 2024.

Notas

¹ Criado por meio da Lei nº 10.260/2001. Para participar do programa, é necessário que os candidatos tenham obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelo menos 450 pontos e nota acima de zero na redação partir da edição de 2010.

² Criado por meio da Lei nº 11.096/2005. Para concorrer à bolsas de estudo parciais ou integrais nos cursos de graduação de instituições privadas é necessário que os candidatos tenham obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelo menos 450 pontos nas áreas de conhecimento e nota superior a zero na redação na edição que antecede a inscrição.

³ Conforme Silva, A. (2017), o campo educacional quando ligado a tendência liberal tecnicista tende a objetivar a formação de sujeitos hábeis que possam cooperar para o abastecimento do mercado de trabalho. Nesse sentido, a educação é sucumbida a produtividade do sistema capitalista.

- ⁴ Ao longo do Governo de Jair Messias Bolsonaro quatro ministros estiveram a frente do Ministério da Educação: Ricardo Vélez Rodríguez - janeiro a abril de 2019; Abraham Weintraub - abril de 2019 a junho de 2020; Carlos Alberto Decotelli (não tomou posse) - junho de 2020; Milton Ribeiro - julho de 2020 a março de 2022. Além da falta de diálogo e casos de corrupção na pasta, no caso específico do ENEM, o descaso produzido pelo governo de Bolsonaro se estendeu igualmente em seu conteúdo com a não renovação do Banco Nacional de Itens (BNI), tentativas de ingerência no conteúdo da prova e acusações de assédio moral por parte de servidores com relação à chefia do Inep.
- ⁵ Cumpre assinalar o projeto de militarização da educação, que se materializou em diferentes instituições nas escolas cívico-militares, não pode ser desvinculado de um projeto burguês e reacionário que asfixia financeiramente as instituições de ensino e ataca a ciência e a cultura em busca do aniquilamento do pensamento crítico (Frigotto, 2021). Não por acaso, o apoio ao movimento *homeschooling*, por parte do Governo Bolsonaro, orientou-se pela crença na importância de limitar o contato dos alunos com ideias seculares asseguradas pela laicidade do Estado, entendidas como uma afronta por grupos religiosos fundamentalistas. Em síntese, a defesa das “tradições cristãs” e valores pelo neoconservadorismo está nos alicerces da defesa do *homeschooling* no Brasil.
- ⁶ “A pedra fundamental do liberalismo costuma ser identificada com Adam Smith, mais especialmente, com a publicação de *A riqueza das nações*, em 1776 [...] Em 1817, David Ricardo generalizaria o argumento de Smith, estendendo-o para o conjunto da sociedade pensada em termos internacionais” (Moraes, 2001, p. 5-6). Para uma compreensão mais pormenorizada das concepções apresentadas por estes economistas clássicos, o leitor pode consultar: SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, v. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983. RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril, 1982.
- ⁷ É possível encontrar essa discussão de modo aprofundado em: ORSO, J. P. *Neoliberalismo: equívocos e consequências*. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (org.). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- ⁸ Basso e Bezerra Neto (2014) utilizam a denominação no plural, liberalismos. Isso, porque consideram que apesar de haver inúmeras convergências entre os teóricos que defendem tais concepções, existem também divergências importantes a serem consideradas.
- ⁹ Sobre o termo ‘Décadas de Crise’ ver: HOBSBAWM, E. *As décadas de crise*. In: *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 393-420
- ¹⁰ Bolsonaro se desvinculou do Partido Social Liberal (PSL) em novembro de 2019 e após promessas de criação de seu próprio partido, o que não foi levado adiante, acabou ficando sem partido.
- ¹¹ Utiliza-se aqui a expressão *Intelectuais* no sentido gramsciano, nesse caso, nos referimos aos intelectuais orgânicos alinhados ao pensamento burguês.
- ¹² Segundo Silva, I. (2001), apesar de existirem dificuldades na definição do termo, devido a sua complexa rede de relações, como por exemplo, suas raízes históricas e ideológicas, algumas características podem ser enunciadas com o intuito de situar o leitor. São elas: a necessidade de “financiamento do setor público para o funcionamento das entidades e da sua estruturação em torno de opções religiosas ou ideológicas e do reconhecimento enquanto entidades que prestam serviços de caráter público”. Além disso, segundo esta autora, reivindicam “autonomia na organização e gestão e se colocam como alternativa às formas de intervenção do Estado (Silva, I., 2001, p. 2).
- ¹³ Alusão ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado (Brasil, 1995).
- ¹⁴ Expressão usada por Cardoso (2003) para se referir ao contexto econômico-político-ideológico de abrangência da década de 1990.
- ¹⁵ A expressão *Cavalo de Tróia* é popularmente utilizada para se referir a algo ou alguém que tem a capacidade de enganar o outro para conseguir aquilo que almeja.
- ¹⁶ Informação verbal proferida na câmara dos deputados em sessão da Comissão de Educação, em 11 de dezembro de 2019.

¹⁷ 1) Lei das Organizações Sociais nº 9.637/1998; 2) Lei de Incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica nº 10.973/2004 3) Lei Lei de estímulos ao desenvolvimento científico e à pesquisa nº 13.243/2016; 4) Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996; 5) Lei do PRONAC nº 8.313/1991, 6) Lei dos Projetos de Interesse Social nº 10.735/2003; 7) Lei da Carreira do Magistério nº 12.772/2012; 8) Lei – Lei dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste nº 7.827/1989; 9) Lei de imposto de importação sobre bens destinados à pesquisa nº 8.010/1990; 10) Lei de isenção ou redução de imposto de importação nº 8.032/1990; 11) – Lei de Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas nº 9.249/ 1995; 12) Lei do Imposto de Renda de Pessoas Físicas nº 9.250/1995; 13) Lei da legislação tributária federal nº 9.532/1997; 14) Lei sobre capacitação e competitividade do setor de informática nº 8.248/ 1991; 15) – Lei de Pesquisa e Desenvolvimento no setor de energia elétrica nº 9.991/2000; 16) Lei de tributação especial em serviços de tecnologia nº 11.196/2005 e 17) Lei da EBSEH nº 12.550/2011 (Gonçalves Filho; Farage, 2019).

¹⁸ United States Agency for International Development (USAID). É um órgão americano responsável por distribuir ajuda externa por meio das diretrizes do Departamento de Estado dos EUA.